



DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA- TOCANTINS
 Quadra 103 Sul, Avenida LO-1, Lote 82, - Bairro Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77015-028
 Site - www.saude.gov.br

CONTRATO Nº 10/2017

Processo nº 25066.000231/2017-36

Unidade Gestora: DSEI-TO

**TERMO DE CONTRATO DE
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
 FUNERÁRIOS QUE
 CELEBRAM ENTRE SI
 O DISTRITO SANITÁRIO
 ESPECIAL INDÍGENA -
 TOCANTINS E A BOM
 JESUS ADMINISTRADORA
 DE CONVENIOS LTDA –
 ME.**

O **DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA- TOCANTINS – DSEI/TO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0099-99, com endereço na Quadra 103 Sul, Avenida LO1, Conjunto 01, Lote 82, Centro, na cidade de Palmas/TO, CEP Nº 77.015-028, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu Coordenador, Senhor MARCELO LUCENA DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 43.727 SSP/TO e do CPF nº 546.702.501-59, e de outro lado a **BOM JESUS ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.560.099/0001-25, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, 1100, Cep 83.301-010 - Centro - na Cidade de Piraquara/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor ELIEL FAVORETO DE SOUZA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 39417138 II/PR e do CPF nº 630.477.489-34, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993](#), legislação correlata e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 13/2017 (Processo nº 25066.000231/2017-36), sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, para atender as necessidades das CASAI's de Araguaína, de Gurupi/TO e a Sede DSEI-TO em Palmas/TO, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo 1	Sede de Referência: CASAI de Araguaína/TO Etnias: Apinajé, Karajá-Xambioá, Karajá-Santana e Krahô				
Item	Descrição	Und.	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Urna mortuária INFANTIL simples, de	Und	29	R\$ 590,00	R\$ 17.110,00

	até 1,00m de comprimento e largura padrão, em madeira, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.				
02	Urna mortuária JUVENIL simples de 1,01m até 1,40m de comprimento e largura padrão, em madeira, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.	Und	24	R\$ 770,00	R\$ 18.480,00
03	Urna mortuária ADULTO simples de 1,41m até 2,1m de comprimento e largura padrão, em madeira de pinos, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal em madeira, com visor de vidro.	Und	10	R\$ 1.550,00	R\$ 15.500,00
04	Urna mortuária ESPECIAL (COMPRIMENTO OU CAPACIDADE ACIMA DA MÉDIA) simples, devidamente montada, em madeiras de pino, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal, com visor, acabamento externo castanho escuro fosco. OBS.: Tamanho acima de 1,90m ou capacidade até 150 Kg.	Und	01	R\$ 1.780,00	R\$ 1.780,00
05	Serviço de Higienização e preparo de todos os corpos.	SV	53	R\$ 685,00	R\$ 36.305,00
06	Ornamentação completa com flores, enfeite floral no interior da urna, véu para cobrir o corpo.	SV	53	R\$ 475,00	R\$ 25.175,00
07	Embalsamento para translado, com objetivo de promover sua conservação de forma temporária - em óbitos cujo tempo decorrido até a inumação seja superior a 24 horas.	SV	02	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
08	Remoção do corpo (TRANSLADO) dos indígenas falecidos de quaisquer regiões de abrangência do DSEI-TO, para as regiões compreendidas pela Casai's Araguaína e também todas as aldeias relacionadas à Casai's de Araguaína/TO, em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária. A contratada deverá responsabilizar-se pelos translado dos corpos até as respectivas aldeias, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido. RODOVIA PAVIMENTADA.	Km/Rodado	15.500	R\$ 2,30	R\$ 35.650,00
09	Remoção do corpo (TRANSLADO) dos indígenas falecidos de quaisquer regiões	Km/Rodado	10.000	R\$ 2,50	R\$ 25.000,00

	de abrangência do DSEI-TO, para as regiões compreendidas pela Casai's Araguaína e também todas as aldeias relacionadas à Casai's de Araguaína/TO, em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária. A contratada deverá responsabilizar-se pelos traslado dos corpos até as respectivas aldeias, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido. RODOVIA NÃO PAVIMENTADA				
10	Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) - RODOVIA PAVIMENTADA – <u>Vide Notas.</u>	Km/Rodado	15.500	R\$ 2,30	R\$ 35.650,00
11	Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) – RODOVIA NÃO PAVIMENTADA. <u>Vide Notas.</u>	Km/Rodado	10.000	R\$ 2,50	R\$ 25.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO					R\$ 237.650,00

Grupo 2	Sede de Referência: DSEI-TO em Palmas/TO. Etnias: Xerente				
Item	Descrição	Und.	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Urna mortuária INFANTIL simples, de até 1,00m de comprimento e largura padrão, em madeira, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.	Und	10	R\$ 655,00	R\$ 6.550,00
13	Urna mortuária JUVENIL simples de 1,01m até 1,40m de comprimento e largura padrão, em madeira, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.	Und	15	R\$ 705,00	R\$ 10.575,00
14	Urna mortuária ADULTO simples de 1,41m até 2,1m de comprimento e largura padrão, em madeira de pinos, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal em madeira, com visor de vidro.	Und	01	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
15	Urna mortuária ESPECIAL (COMPRIMENTO OU CAPACIDADE	Und	01	R\$ 1.770,00	R\$ 1.770,00

	ACIMA DA MÉDIA) simples, devidamente montada, em madeiras de pino, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal, com visor, acabamento externo castanho escuro fosco. OBS.: Tamanho acima de 1,90m ou capacidade até 150 Kg.				
16	Ornamentação completa com flores, enfeite floral no interior da urna, véu para cobrir o corpo.	SV	25	R\$ 475,00	R\$ 11.875,00
17	Serviço de Higienização e preparo de todos os corpos.	SV	25	R\$ 685,00	R\$ 17.125,00
18	Embalsamento para traslado, com objetivo de promover sua conservação de forma temporária - em óbitos cujo tempo decorrido até a inumação seja superior a 24 horas.	SV	02	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
19	Remoção do corpo (TRANSLADO) dos indígenas falecidos de quaisquer regiões de abrangência do DSEI-TO, para as regiões compreendidas pela Casai's Araguaína e também todas as aldeias relacionadas à Casai's de Araguaína/TO, em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária. A contratada deverá responsabilizar-se pelos traslado dos corpos até as respectivas aldeias, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido. RODOVIA PAVIMENTADA.	Km/Rodado	3.600	R\$ 2,30	R\$ 8.280,00
20	Remoção do corpo (TRANSLADO) dos indígenas falecidos de quaisquer regiões de abrangência do DSEI-TO, para as regiões compreendidas pela Casai's Araguaína e também todas as aldeias relacionadas à Casai's de Araguaína/TO, em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária. A contratada deverá responsabilizar-se pelos traslado dos corpos até as respectivas aldeias, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido. RODOVIA NÃO PAVIMENTADA	Km/Rodado	3.500	R\$ 2,50	R\$ 8.750,00
21	Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) - RODOVIA PAVIMENTADA – <u>Vide Notas.</u>	Km/Rodado	3.600	R\$ 2,30	R\$ 8.280,00

22	Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) – RODOVIA NÃO PAVIMENTADA. <u>Vide Notas.</u>	Km/Rodado	3.500	R\$ 2,50	R\$ 8.750,00
VALOR TOTAL DO GRUPO					R\$ 85.505,00

Grupo 3	Sede de Referência: CASAI de Gurupi/TO. Etnias: Krahô-Kanela, Javaé, Pankararu e Atikum.				
Item	Descrição	Und.	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	Urna mortuária INFANTIL simples, de até 1,00m de comprimento e largura padrão, em madeira, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.	Und	14	R\$ 658,00	R\$ 9.212,00
24	Urna mortuária JUVENIL simples de 1,01m até 1,40m de comprimento e largura padrão, em madeira, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.	Und	8	R\$ 706,00	R\$ 5.648,00
25	Urna mortuária ADULTO simples de 1,41m até 2,1m de comprimento e largura padrão, em madeira de pinos, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal em madeira, com visor de vidro.	Und	10	R\$ 1.550,00	R\$ 15.500,00
26	Urna mortuária ESPECIAL (COMPRIMENTO OU CAPACIDADE ACIMA DA MÉDIA) simples, devidamente montada, em madeiras de pino, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal, com visor, acabamento externo castanho escuro fosco. OBS.: Tamanho acima de 1,90m ou capacidade até 150 Kg.	Und	01	R\$ 1.780,00	R\$ 1.780,00
27	Ornamentação completa com flores, enfeite floral no interior da urna, véu para cobrir o corpo.	SV	22	R\$ 477,00	R\$ 10.494,00
28	Serviço de Higienização e Preparo de todos os corpos.	SV	22	R\$ 687,00	R\$ 15.114,00
29	Embalsamento para translado, com objetivo de promover sua conservação de forma temporária - em óbitos cujo tempo decorrido até a inumação seja superior a 24 horas.	SV	02	R\$ 1.050,00	R\$ 2.100,00
30	Remoção do corpo (TRANSLADO) dos indígenas falecidos de quaisquer regiões de abrangência do DSEI-TO, para as regiões	Km/Rodado	4.000	R\$ 2,30	R\$ 9.200,00

	compreendidas pela Casai's Araguaína e também todas as aldeias relacionadas à Casai's de Araguaína/TO, em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária. A contratada deverá responsabilizar-se pelos traslado dos corpos até as respectivas aldeias, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido. RODOVIA PAVIMENTADA.				
31	Remoção do corpo (TRANSLADO) dos indígenas falecidos de quaisquer regiões de abrangência do DSEI-TO, para as regiões compreendidas pela Casai's Araguaína e também todas as aldeias relacionadas à Casai's de Araguaína/TO, em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária. A contratada deverá responsabilizar-se pelos traslado dos corpos até as respectivas aldeias, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido. RODOVIA NÃO PAVIMENTADA	Km/ Rodado	3.200	R\$ 2,50	R\$ 8.000,00
32	Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) - RODOVIA PAVIMENTADA – <u>Vide Notas.</u>	Km/ Rodado	4.000	R\$ 2,30	R\$ 9.200,00
33	Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) – RODOVIA NÃO PAVIMENTADA. <u>Vide Notas.</u>	Km/ Rodado	3.200	R\$ 2,50	R\$ 8.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO					R\$ 94.248,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 11/09/2017 e encerramento em 11/09/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 34.784,58** (trinta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 417.403,00** (quatrocentos e dezessete mil quatrocentos e três reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/257054

Fonte: 6151000000

PTres: 109694

Elemento de Despesa: 33.90.39

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do **IGP-M**.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 12.522,09** (doze mil quinhentos e vinte e dois reais e nove centavos), numa das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, correspondente a 3% (três por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

7.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3(três)meses após o término da vigência contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1. Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbitos verificados na área de abrangência do DSEI-TO;

8.1.2. As solicitações serão feitas pelo responsável na respectiva unidade (Pólo Base, Base de Apoio, CASAI, ou sede do DSEI-TO), admitindo-se a solicitação pelo substituto eventual, no caso de ausência do titular ou por quem este indicar através de ofício e deverão ser atendidas no tempo máximo de 6 (seis) hora, após a notificação;

8.1.3. O traslado deverá ocorrer em veículo apropriado, com até cinco anos de fabricação e este deverá encontrar-se devidamente limpo, abastecido e em condições de viagem;

8.1.4. A empresa deverá informar o número de telefone, com plantão de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, que ficará à disposição do responsável na respectiva unidade (Pólo Base, Base de Apoio, CASAI, sede do DSEI), para fins de chamada de atendimento;

8.1.5. A solicitação deverá ser feita mediante requisição expedida pela Contratante, na qual constará em seu conteúdo, sem prejuízo de outras informações, a especificação dos serviços, o percurso a ser utilizado e o nome do falecido.

9. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

10. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 10.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.16. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços objeto do contrato, na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- 10.17. Fornecer urna mortuária INFANTIL simples, de até 1,00m de comprimento e largura padrão, em madeira de pinos, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.
- 10.18. Fornecer urna mortuária JUVENIL simples de 1,01m até 1,40m de comprimento e largura padrão, em madeira de pinos, com visor, com 04 alças fixas, acabamento externo em tinta fosca na cor branca.
- 10.19. Fornecer urna mortuário ADULTO simples de 1,41m até 2,1m de comprimento e largura padrão, em madeira de pinos, com visor de vidro, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal em madeira.
- 10.20. Fornecer urna mortuária ESPECIAL (COMPRIMENTO OU CAPACIDADE ACIMA DA MÉDIA) simples, devidamente montada, em madeiras de pino, com 06 alças fixas, 04 chavetas em metal, com visor, acabamento externo castanho escuro fosco. OBS.: Tamanho acima de 1,90m ou capacidade até 150 Kg.
- 10.21. Prestar Serviço de Higienização e Preparo de todos os corpos.
- 10.22. Fornecer Ornamentação completa com flores, enfeite floral no interior da urna, véu para cobrir o corpo.
- 10.23. Preparar embalsamento para traslado, com objetivo de promover sua conservação de forma temporária - em óbitos cujo tempo decorrido até a inumação seja superior a 24 horas.
- 10.24. **RODOVIA PAVIMENTADA E/OU RODOVIA NÃO PAVIMENTADA.**
- 10.25. Realizar Deslocamento em veículo com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação da funerária para preparação do corpo no local do óbito (aldeia) - **RODOVIA PAVIMENTADA/ E OU NÃO PAVIMENTADA.**

11. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 11.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 11.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 11.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 11.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.5. não mantiver a proposta;
 - 11.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do licitante;
 - 11.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 11.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

- 13.1. É vedado à CONTRATADA:
- 13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Palmas/TO - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Palmas, 11 de setembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lucena dos Santos, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 12/09/2017, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliei Favoreto de Souza, Usuário Externo**, em 13/09/2017, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0466015** e o código CRC **7FE27CDF**.